

ARTIGO

# A QUESTÃO DO OUTRO NO JORNALISMO TELEVISUAL:

## apontamentos sobre os modos de representação da alteridade na grande reportagem



JOSÉ AUGUSTO MENDES LOBATO

*Universidade São Judas, São Paulo – São Paulo – Brasil*

*Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo – São Paulo – Brasil*

ORCID: 0000-0001-8472-007X

DOI: 10.25200/BJR.v16n1.2020.1173

Recebido em: 20/01/2019

Revisado em: 12/09/2019

Aceito em: 03/12/2019

**RESUMO** – Este trabalho tem como objetivo discutir os processos de representação do outro em narrativas televisuais jornalísticas de caráter interpretativo. Em específico, lançamos foco sobre a grande reportagem e seu potencial de construção do que denominamos narrativas de alteridade – textos culturais que nos conduzem, a um só tempo, rumo à descoberta do desconhecido e à familiarização. Ancorados nas ciências da linguagem e em estudos sobre gêneros jornalísticos, bem como em resultados de uma pesquisa sobre técnicas de construção da alteridade na televisão, propomos um enfoque de análise por categorias da diferença (geográfica e sociocultural) e estratégias de representação (a construção de fronteiras; a autenticação e produção do efeito de real; e a interação entre ficcionalização e factualização). Combinados, esses eixos oferecem chaves de análise para a formação de discursos associados à alteridade no telejornalismo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Alteridade. Representação. Televisão. Narrativas.

### **THE QUESTION OF THE OTHER IN TELEJOURNALISM: notes on ways of representation of alterity in in-depth reporting**

**ABSTRACT** – This article aims to discuss the processes of representation of the other in interpretative journalistic television narratives. In particular, we focus on in-depth reporting and its potential of construction of what we call narratives of alterity – cultural texts that lead us, at the same time, towards the discovery of the unknown and its familiarization. Anchored in the sciences of language and studies on journalistic genres, as well as in results of a research on techniques of construction of alterity in television, we propose

an analytical approach by categories of difference (geographical and sociocultural) and representation strategies (the construction of borders, the authentication and production of the effect of reality, and the interaction between fictionalization and factualization). Once combined, these axes offer tools for analyzing the formation of discourses of alterity in contemporary telejournalism.

**Key words:** Journalism. Alterity. Representation. Television. Narratives.

### **LA CUESTIÓN DEL OTRO EN EL PERIODISMO TELEVISIVO: notas sobre los modos de representación de la alteridad en el gran reportaje**

**RESUMEN** – Este trabajo tiene como objetivo discutir los procesos de representación del otro en narrativas televisivas periodísticas interpretativas. En específico, ponemos foco en el gran reportaje y su potencial de construcción de lo que denominamos narrativas de alteridad – textos culturales que nos conducen, a la vez, hacia el descubrimiento de lo desconocido y la familiarización. Basados en las ciencias del lenguaje y en estudios sobre géneros periodísticos, así como en resultados de una investigación sobre técnicas de construcción de la alteridad en la televisión, proponemos un enfoque de análisis por categorías de diferencia (geográfica y sociocultural) y estrategias de representación (la construcción de fronteras, la autenticación y la producción del efecto de real y la interacción entre la ficcionalización y la factualización). Combinados, estos ejes ofrecen claves de análisis para la formación de discursos asociados a la alteridad en el teleperiodismo contemporáneo.

**Palabras clave:** Periodismo. Alteridad. Representación. Televisión. Narrativas.

### **1 Introdução: o(s) outro(s), a(s) mídia(s) – e o lugar do jornalismo**

No âmbito dos estudos de comunicação e mídia, muitas têm sido as tentativas de problematizar como estamos reconfigurando nossos modos de ver, viver e estar no mundo por conta da mediação técnica. Algumas questões surgem de imediato: o que mudou com os dispositivos difusores de relatos em nossos modos de comunicação/expressão? Como pensamos, como nos posicionamos quando a experiência passa a se fundar não apenas em nossos sentidos, mas também em um olhar que lê as coisas, os sujeitos e os eventos para nós?

Apesar de demandar respostas, esses questionamentos servem essencialmente para quebrar certos paradigmas – e um deles é a ideia de que somente hoje lidamos com a dependência das representações. Se, por um lado, podemos tomar como certo que é nas mídias

que mais se evidenciam, por outro, os desafios de enxergar o mundo sem experimentá-lo direta e previamente nos assombram desde o berço. Nossa experiência de mundo é, em absoluto, dependente de processos de mediação – ou seja, de leitura e atravessamento do real pela linguagem, mirando sua legibilidade e tradução –, pelo simples fato de entrarmos em contato com narrativas que falam do ambiente que nos cerca, assim como do alhures, do distante e do desconhecido. Diversos autores (Bhabha, 1998; Woodward, 2000; Hall, 2001; Elias & Scotson, 2000; Todorov, 1993) reforçam que essa dinâmica tem conexão direta com o estabelecimento das identidades culturais e rotinas sociais – e, para produzi-las, alternam-se a familiarização e a oposição. Aqui, nota-se a emergência da questão do outro como problema fundante do campo da comunicação e, extensivamente, do pensamento crítico sobre as mídias.

Essa breve digressão nos faz retornar às questões do primeiro parágrafo e enxergá-las como indutoras de uma necessária discussão sobre os processos midiáticos e sua capacidade de fundamentar os modos como o eu/nós e o(s) outro(s) são posicionados. Embora tributários de um hábito há muito estabelecido, acreditamos que os produtos audiovisuais, em suas narrativas, nos permitem enxergar com clareza os impactos socioculturais desses processos na atualidade, por sua complexa combinação de linguagens, seu potencial enunciativo e sua presença nos mais diversos suportes e instrumentos de comunicação em larga escala. Em conexão direta com uma cultura afeita à mobilidade, ao descolamento de territórios e à exibição do diferente, entendemos que a televisão é terreno fértil para mapeamento das narrativas de alteridade, que constituem um eixo fundamental para se investigar o campo da comunicação.

Dentro desse universo, interessa-nos de maneira especial o conteúdo elaborado no campo jornalístico – mais especificamente, na grande reportagem televisual. Este texto, portanto, é recorte de um projeto mais amplo e concentra esforços em discutir modelos de análise do jornalismo em profundidade na televisão contemporânea. Ancorados nos estudos da linguagem e da prática jornalística, propomos estratégias para a categorização e a análise de narrativas a partir do tipo de alteridade que retratam – a saber, geográfica ou sociocultural – e de recursos tipicamente empregados, tais como a autenticação via testemunho, a construção de fronteiras e a interação entre recursos de ficcionalização e factualização.

## **2 Representação, questões de identidade, narrativa de alteridade: conceitos fundamentais**

Compreender de que modo o jornalismo opera como campo de reconhecimento e potencial experiência da alteridade nos conduz a reflexões de caráter mais geral a respeito das narrativas e dos processos de representação. Associados a uma prática muito anterior ao contexto dos meios de comunicação, estes constituem um objeto de pesquisa já bastante consagrado, atravessando áreas de saber tão diversas como a filosofia da linguagem, a psicologia, as ciências sociais e os estudos culturais.

O conceito de representação a que fazemos referência tem bases fundamentais nos estudos de Aristóteles: alude à ideia, já explorada na Poética, de que os processos de mimetização da realidade ultrapassam a mera imitação de uma realidade visível/perceptível, configurando-se como produções criativas, que expressam a interação entre o mundo e a subjetividade de quem o vivencia. Essa visão nos fornece pistas para entender que, por um lado, representar algo – por registros pictóricos, música, textos, produções artístico-culturais em geral etc. – significará sempre a formação de uma segunda instância, um discurso sobre o real; mas também, por outro, a representação consiste em um ato inerente à existência na e por meio da linguagem.

Tal debate é explorado por autores como Moscovici (2003) em alusão à dimensão social das representações: nosso modo de reagir às informações do mundo exterior e a forma como nos relacionamos requerem essas construções simbólicas, que “intervêm e nos orientam em direção ao que é visível” (Moscovici, 2003, p. 31). Para o autor, que ancora seus estudos na psicologia social, a representação consiste num contínuo processo de conversão do não familiar em categorias e imagens comuns, por meio do qual “as pessoas e os grupos concedem uma realidade física a ideias e imagens” (p. 90).

A representação, entende-se, é parte fundamental da comunicação, constituindo-a, justificando-a e alimentando suas interações com conteúdos que só se efetivam socialmente; sua função central é nos orientar no mundo – nada muito distante, como veremos, daquilo que constitui a missão primordial do jornalismo. A partir de tais ideias, lança-se uma questão fundamental à pesquisa proposta: quais os reflexos da circulação de representações sobre as identidades e as definições de si e do outro? Possíveis respostas são encontradas nos estudos culturais, que enxergam, na experiência social contem-

porânea, amplo potencial de atualização, conformação e revisão das noções identitárias.

Para além da clássica asserção de Stuart Hall (2001), que afirma que identidades são formadas e transformadas nas representações, somos levados a pensar que os sistemas representacionais são, eles próprios, construções culturais: têm seus códigos e modos de ver específicos e assim direcionam a identidade a partir de chaves de leitura. Como afirma Kathryn Woodward (2000, p.19): “a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade”. Devemos, ainda, reconhecer que o processo de elaborar representações resulta em uma crescente interação entre culturas, bem como na demarcação de identidades e na conseqüente redefinição de limites e fronteiras entre o eu/nós e o outro, dentro do que Hall (2016) denomina sistemas representacionais. A circulação de conteúdo nos meios de comunicação em diferentes registros, categorias, gêneros, formatos e classificações possíveis – ficção, não ficção, entretenimento, informação etc. – é, por essência, indutora de processos de produção simbólica das identidades e suas fronteiras cada vez mais complexos.

Autores como Homi Bhabha (1998) apontam que as representações têm conexão direta com relações de poder; refletem as disputas concretas por espaços em procedimentos de linguagem que buscam caracterizar povos, comunidades e nações e assim reiterar sua coesão, muitas vezes reduzindo diversidades, encurtando rotas e simplificando modos de vida a partir de enunciados facilmente compreensíveis. Há, porém, um elemento desestabilizador inerente a essa “escrita da nação”: em resposta à temporalidade “continuista, cumulativa, do pedagógico”, diz o autor, há uma “estratégia repetitiva, recorrente, do performativo” (Bhabha, 1998, p. 207) que se traduz em identidades continuamente ameaçadas por insurgências, lutas contra a estereotipia e atualizações nas fronteiras entre o próprio e o alheio, o próximo e o distante – o eu/nós e o outro. A disputa social e identitária reverbera na linguagem, em suma.

Como diz o autor, o processo narrativo não se resume a elencar semelhanças; rígidas operações de classificação, atribuição de valores e diferenciação são necessárias para que saibamos mapear, nas paisagens e nas culturas que nos cercam, aquilo que é próximo e aquilo que é distante. Como diz Bhabha (1998, p. 77), “a demanda da identificação – isto é, ser para um Outro – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade”.

A partir da leitura de Bhabha, ressaltamos que as interações propiciadas por meios massivos ou mesmo por relações concretas entre sujeitos são elementos perturbadores do eu/nós e, por isso mesmo, têm na presença do outro um importante mobilizador de subjetividade. E esse processo não ocorre apenas em uma relação entre comunidades distantes entre si; emerge, também, dentro dos universos aparentemente coesos postos sob representação. A partir da ideia de “contranarrativa”, Bhabha aponta que a alteridade não se refere apenas a “um problema do ‘outro’ povo”; também alude a “uma questão da alteridade do povo-como-um” (Bhabha, 1998, p. 213), traduzida em narrativas permanentemente postas em xeque.

Tais raciocínios nos conduziram em investigações anteriores ao mapeamento da narrativa de alteridade como operador conceitual relevante para o estudo de como os processos de representação das culturas ressoam e se fazem presentes nos textos midiáticos. De modo geral, pode-se entendê-la como um complemento lógico à ideia de narrativa da nação, discutida por autores como Hall (2001; 2003) e Bhabha (1998), que enfatiza a presença constante do outro em todo e qualquer processo enunciativo.

As narrativas de alteridade têm finalidade dupla: ao mesmo tempo em que nos apresentam um olhar que leva ao (re)conhecimento do próximo, permitem o acesso a universos socioculturais distantes, podendo inclusive ser preexistentes à consciência individual ou à experiência concreta imediata. A narrativa de alteridade nos direciona ao diferente ao mesmo tempo em que, gradualmente, contém o estranhamento; ela nos habitua a enxergar o outro de determinado modo, orientando consensos sobre ele produzidos e definindo seus traços que são trazidos à luz na representação. É um produto discursivo cuja ênfase está não nas semelhanças, mas nas diferenças, convidando seu leitor/espectador a decifrá-las por meio de um repertório socialmente compartilhado. Exemplos desse tipo de texto podem ser encontrados em diversas áreas: os relatos de viagens presentes na literatura, documentários, textos didáticos das ciências humanas e sociais, os produtos de ficção para cinema e televisão, ensaios fotográficos, obras artísticas e conteúdos publicitários têm na evocação do outro um motor fundamental da intriga; um combustível para a captura de atenções.

Se consumimos narrativas de modo tão voraz, de certo, parte do fascínio não está em vermos o já conhecido, mas em descobrirmos o novo, o surpreendente e o perturbador que, na narrativa de alteridade,

têm lugar privilegiado. É um trabalho que, embora não de modo exclusivo, tende a ser habilmente executado na prática jornalística interpretativa.

### 3 A narração de alteridade no jornalismo

O desenvolvimento e a consolidação do jornalismo no coração da experiência da Idade Moderna se constituem como um ponto de inflexão no ancestral hábito de elaborar narrativas. Antes da invenção dos tipos móveis e da imprensa, o interesse por relatos é algo que já acompanhava os diferentes agrupamentos e comunidades; não à toa, para autores como Vizeu (2005), a linguagem jornalística nasce como adaptação ou evolução do senso comum e das narrativas orais, fortemente calcadas na transmissão de conhecimentos e vivências. Há, inclusive, referência às Actas Diurnas romanas (séc. II a.C.) como possível primeiro “jornal” da história, sem esquecer o papel das crônicas e dos trovadores medievais na transmissão de informações sobre as diferentes paisagens do Velho Mundo, o Oriente e as Américas. Eram formas ainda rudimentares de dar conta do mundo a partir do relato – mesmo que ainda fossem empregadas poucas técnicas referenciais ou soluções de expansão da narratividade.

Autores como Sodré (2009) notam que a expansão de práticas comunicativas baseadas em uma “ideologia da transparência pública” marca a consolidação do jornalismo. A circulação de informação emerge como requisito de existência dos Estados democráticos, sustentando o espírito liberal e os ideários da transmissão equitativa de conhecimentos, da formação cidadã e da expressão da realidade. Em suas palavras:

Emergindo historicamente na passagem do Estado absoluto ao Estado de direito, como porta-voz dos direitos (cívicos) que inauguram a modernidade da cidadania, a imprensa traz consigo a novidade ideológica da liberdade de expressão, mas sem abandonar por inteiro a garantia de alguns velhos recursos mitológicos, a exemplo da construção de uma narrativa sobre si mesma como entidade mítica que administra a verdade dos fatos sociais (...). (Sodré, 2009, p. 12).

Eis, portanto, o conjunto de ideias que sustentam a relevância social e guiam o trabalho do jornalismo: a defesa do interesse público, da liberdade e do espírito democrático, ancorada em valores como objetividade, verdade/veracidade e neutralidade, a fiscalização de poderes, a problematização de temas críticos de nossos tempos, lançando-os à esfera pública e atuando como expressão desta nos espaços de

deliberação. A construção de um lugar social próprio, porém, segundo Sodré, é acompanhada pela transparência mítica de um discurso que propõe o apagamento da subjetividade inerente aos processos de representação. Embora munido de estratégias retóricas e narrativas dos diversos gêneros que o precederam, o jornalismo passa a se diferenciar dos demais textos de ficção (e de outros tipos de registros de não ficção) por aquilo que seria seu princípio de base: “informar o público sobre as questões atuais de interesse público” e “servir como fórum (espaço aberto) para o debate público” (Benedeti, 2009, p. 23), restringindo-se à expressão pura e factual dos fatos e atuando em um “papel estratégico de composição e de consequente cimento homogeneizador da vida coletiva” (Benedeti, 2009, p. 59) – como se tais elementos automaticamente requeressem o apagamento da narratividade.

A evolução desse debate, com a superação da perspectiva especular do jornalismo como campo de expressão do real, leva-nos de volta aos primeiros tópicos deste texto: reaproxima-o não de uma negação, mas da relativização de sua capacidade de enunciar o mundo. Supera a relação de paridade com o real para supor uma aproximação ou contiguidade; relação essa que se mostra mais coerente com sua inserção na complexa teia de sentidos mobilizada pelos processos narrativos e de representação.

Ao invés de manifestar uma verdade absoluta, supõe-se que a atividade jornalística contribui ativamente para a produção da realidade social, sendo ao mesmo tempo parte desta e sujeita aos seus dilemas e contradições. Nessa leitura, por nós adotada, não haveria, por essência, uma verdade em plenitude, pois a narrativa de informação vai muito além da mera transmissão de conteúdos e atua, como argumenta Marcela Farré (2004), ancorada em autores como Umberto Eco (1994), na proposição de mundos possíveis, construídos a partir da referencialidade, mas sempre percebidos como apenas uma possibilidade dentre tantas outras de narrar algo:

O noticiário não é outra coisa que não uma construção artística da verdade possível, um ensaio de comunicação que por vezes acerta na busca de referência. (...) Posto que as notícias não constituem essencialmente atos de fala interpretativos e sim assertivos, a dimensão persuasiva ou perlocutória se faz presente no fazer conhecer que o noticiário propõe ao seu espectador. (Farré, 2004, p. 42, tradução livre<sup>1</sup>).

Não se trata, aqui, de ignorar a pertinência de tais conceitos fundantes do campo, mas sim de entender que, enquanto opera aderente a uma realidade socialmente efetivada, por meio da marcação



de fatos, o jornalismo também atua, na forma e na estrutura, como narrativa dotada de procedimentos retóricos, de uma intriga – que, em relação à literatura, difere por estar ancorada em valores-notícia e critérios de relevância próprios da profissão – e de composições muito similares às antigas narrativas orais e aos próprios gêneros literários. Afinal, “a antiga função integradora da narrativa continua presente na comunicação do acontecimento”, promovendo interações da “realidade histórica com imaginário coletivo” (Sodré, 2009, p. 15).

Linha semelhante é adotada por Gomes (2000; 2003; 2009). Partindo do pressuposto de que os discursos sempre “representam uma forma de narrar o mundo e nessa forma está embutido o mundo a ser vivido”, algo inerentemente ligado a uma “estratificação de relações de poder sendo construída e mantida, pois o que caracteriza a discursividade é justamente a determinação de tais relações” (Gomes, 2003, p. 41), a autora atribui ao jornalismo uma função mais complexa que a de referenciar ou aludir ao real: cabe a ele efetivar entendimentos e em última medida disciplinar comportamentos, educar consumidores de informação, orientar em relação àquilo que deve ou não ser visto e fabricar a verossimilhança – em oposição à ideia de uma verdade absoluta a ser representada.

Segundo a autora, elementos do ideário profissional – a descrição minuciosa dos fatos e a disciplina de apuração; a atribuição/denotação, reduzindo a dubiedade e a polissemia; o trabalho narrativo permeado por representações consensualizadas; a ética profissional, associada às noções de objetividade e imparcialidade – são, em última análise, modos de construção de campos de visibilidade e regimes de reiteração de sentido. E é mediante essas operações que se configuram os dispositivos disciplinares no interior do discurso de informação, estratificando e destrinchando diferentes esferas, embates e relações de poder na linguagem.

A noção de ordem simbólica emerge desse entendimento: diante de um jorro de sentidos desconexos, de um mundo impossível de capturar, o sujeito trabalha no desenho de quadrículos e quadriculamentos, de uma “malha” ou “rede” que permite moldar estruturas significantes para abarcar seus conceitos e já-ditos. Nessas lacunas a preencher, que dão sentido e domesticam o real, são colados significados, imagens, discursos circulantes e formações lógicas – representações sociais, em última instância – que denotam, atribuem sentido e conceituam os fenômenos, inserindo-os nas rotinizações cotidianas e ancorando-os na linguagem. Nesse aspecto, a ordem

simbólica “organiza o mundo como um dado a ver e vivenciar”; trata-se “de uma operação de separação que marca a passagem natureza/cultura”, ou o momento “em que se trapaceia a natureza” (Gomes, 2003, p. 17), domesticando-a na linguagem.

As linguagens do jornalismo, segundo a autora, atuam em duas direções complementares. A primeira é a produção de efeitos de real, por meio da qual o campo ganha “uma função de corroborar”. “Não é, portanto, de um redesenhar que se trata”, diz a autora, “embora muitas vezes pareça que, por exercer uma crítica, ou uma vigilância, algo estaria sendo remodelado” (Gomes, 2000, p. 53). A segunda é a demarcação de regimes de visibilidade, que reforçam a enunciação ao mesmo tempo em que expõem suas limitações de ordem ontológica: “trazer à visibilidade”, diz Gomes (2003, p. 75), é “simplesmente mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto e esse ponto, por si mesmo, já é disciplinar: a educação da visão pela determinação do visível”.

Temos que pensar visibilidade e vigilância em seu duplo papel: um em que expõem a todo o momento os conflitos, outro em que definem a esfera de equilíbrio em que esses conflitos se diluiriam. Enquanto mostram, as mídias disciplinam pela maneira do mostrar, enquanto mostram, elas controlam pelo próprio mostrar. É em relação à disciplina que se diz que se não passou pelas mídias não há poder de reivindicação; é em relação a controle que se diz que se não passou pelas mídias não existe. (Gomes, 2009, p. 3).

A conexão entre tais processos e certa “cultura de alteridade” – compreensível como fenômeno amplamente ancorado nas transformações decorrentes dos processos de reforço de interações globais entre identidades e culturas, tendo a influência das mídias como eixo central de articulação de interesse e atenção (Kellner, 2001) – se torna problemática, sobretudo quando consideramos que o jornalismo opera, hoje, como um campo narrativo especialmente relevante para a representação da alteridade. Se o considerarmos um espaço de produção de informação qualificada, orientado ao interesse público, marcado pelo ideário da transparência pública, reconhecendo ao mesmo tempo as limitações desse trabalho e identificando, nele, aspectos disciplinares, assume-se que a circulação de saberes, culturas, modos de vida e – em suma – identidades é um processo inerente ao jornalismo, constantemente efetivado em seus diferentes gêneros e formatos. Resta compreender o êxito de tal empreendimento.

O trabalho de interação com a alteridade no jornalismo não se resume à escritura; começa no próprio ambiente das redações e na cultura profissional, que gradativamente se abrem para a exibição, representação e interpretação de questões étnico-raciais, de gênero e de identidade

na esteira do teste de correntes como o Novo Jornalismo e o Jornalismo Literário e das transformações sociais do século XX. Para autores como Allan (2014, p. 201), a retórica da identidade profissional do jornalista se situa neste debate, tendo a educação e a formação dos profissionais papel crucial para estimular uma leitura mais condizente com a contemporaneidade à hora de se produzir material informativo, a fim de “revigorar a identidade do jornalista como cidadão” e, reforçando o compromisso com o espírito público, discutir frontalmente os problemas éticos concernentes aos modos de representação naturalizados nas redações.

Para autores como Lago (2014), a questão está relacionada também ao processo de contato e interação entre jornalistas e suas fontes, evidenciando uma proximidade nos modos de captar e narrar entre a antropologia e o jornalismo, com contribuições possíveis relevantes do primeiro ao segundo. Como aponta a autora, ambos “colocam a possibilidade de construir narrativas sobre a alteridade, que supõem verdadeiras, no sentido de apontar para correspondências entre a vida como é e a vida retratada por essas narrativas” (Lago, 2014, p. 182).

De acordo com a autora, a experiência contemporânea do trabalho jornalístico muitas vezes “carece de ferramentas adequadas para o pleno cumprimento deste horizonte conceitual” – a saber, o dos diálogos possíveis entre a experiência antropológica e a atuação do jornalista. E isso ocorre, entre outros fatores, por conta de “uma impossibilidade estrutural de apreender e acolher o Outro em toda sua alteridade, sem reducionismos e estereótipos”.

Aqui, pode-se aferir, os imperativos do trabalho noticioso, da referencialidade e da presunção de transparência nos processos e produtos jornalísticos se impõem sobre o profissional desde a pauta até a edição, ocultando o caráter de recorte, enquadramento e demarcação do visível que é próprio do campo, como já discutimos, e pondo barreiras ao processo de representar de forma abrangente a alteridade nos relatos que a traduzem, explicam e representam. Tais imperativos, porém, podem ser – mesmo que parcialmente – minimizados quando da produção de narrativas em profundidade.

#### **4 O lugar do outro na grande reportagem jornalística**

Embora perceptível em modalidades de relato mais generalistas e factuais, como a notícia<sup>2</sup>, acreditamos que é nos tipos costumeiramente denominados interpretativos ou aprofundados que a

narração de alteridade se manifesta de forma mais complexa e exercita, com completude, o trabalho de imersão e diálogo com o outro que se supõe como ideal à práxis jornalística. Mais especificamente, tomamos a grande reportagem como formato que, por ser dotado de notável narratividade e potencial de imersão nos fatos marcados, se torna um terreno fértil para a exploração de universos socioculturais com maior atenção, cuidado e detalhamento.

A narrativa jornalística televisual aprofundada é objeto de pertinentes discussões que realçam seu potencial de transmissão de testemunhos e experiências mediadas de contato com realidades sociais. Como sinaliza Vizeu (2005, p. 39), a televisão ocupa “um papel de fundamental importância na formação da identidade nacional”, com o jornalismo em papel de destaque – atuando no controle e organização da superabundância de acontecimentos locais. Embora com um primeiro enfoque na produção noticiosa, tais reflexões permitem a compreensão da grande reportagem como um formato que potencializa a narratividade no campo televisual.

Características como a linguagem predominantemente icônica; a instantaneidade e o caráter predominantemente massivo de suas mensagens; a vinculação estreita com o senso comum; a tendência à diluição de fronteiras entre ficção e realidade; a marca do entretenimento; e a linguagem e a estrutura de gêneros permanentemente instável e híbrida são aspectos destacados por autores como França (2006), em um exame centrado na relação construída entre espaço público, práticas deliberativas, sujeitos e a televisão no contexto brasileiro. Diferentemente do cinema, mais voltado à construção do universo diegético, a televisão possui um fluxo enunciativo pessoal, mais próximo das conversas cotidianas. “O filme, responsável pela apresentação da intriga, deve dar a impressão de que se desenrola unicamente para que o espectador com ele se identifique”, diz François Jost, enquanto a TV “visa primeiramente estabelecer uma ligação próxima da conversação, o que supõe uma troca franca, olhos nos olhos” (Jost, 2007, p. 47), movida por um nível de concentração menor e por uma linguagem mais fragmentária, guiada pelo *zapping* e pelo acesso à programação de diferentes emissoras, nas mais variadas modalidades.

Podemos sumarizar que ao menos quatro elementos se destacam na narrativa jornalística televisual: o imperativo do tempo real – ou a dominância do “ao vivo” –; a força autenticadora da imagem, via produção de efeitos de realidade; o uso da palavra, em tom coloquial e de permanente “conversa”; e o testemunho – de repórteres, entrevista-

dos, cidadãos comuns etc. – como recurso comunicativo/narrativo. Da denominada paleotvê de que nos fala Umberto Eco, essencialmente didática e de alcance social limitado, à televisão marcada pelo ao vivo e pela interação com o espectador, destaca-se um processo de transição tecnológica – com a introdução das tecnologias do videotape e da comunicação por satélite e, mais recentemente, a incorporação das tecnologias digitais, a produção de narrativas convergentes e a transmidiação – que também produziu seus efeitos sobre a linguagem jornalística e sua configuração de gêneros e formatos.

Construídas a partir dos mesmos pressupostos presentes desde o surgimento da imprensa de massa – a objetividade, a imparcialidade, a defesa do interesse público e da cidadania etc. –, com alguns ganhos (a força do verificável pela imagem) e alguns constrangimentos, vide a imposição do entretenimento como demanda comercial, as mensagens jornalísticas em televisão têm, para François Jost, duas características: a convivência com a tirania do tempo real – ou seja, o ideal “de colocar-se, o máximo possível, no tempo do acontecimento” (Jost, 2007, p. 102) – e a tirania do visível, ou seja, sua necessidade de converter qualquer informação, por mais complexa ou polissêmica que seja, em imagens que devem acompanhar o texto, em caráter referencial.

Em termos de marcas de linguagem, o telejornalismo brasileiro, em específico, pode ser entendido a partir da análise de autores como Rezende (2000) e Arlindo Machado (2000). Segundo o último autor, em estudo centrado no telejornal, a principal característica a ser mapeada é a de produção de efeitos de mediação; ou seja, diferentemente de uma narrativa que propõe abertamente conexões, interpretações e pontos de vista que modulam determinados traços do real, o jornalista de televisão trabalha, sobretudo, como mediador entre as múltiplas vozes da esfera pública, reforçando o processo de enunciação e o caráter essencialmente fático e fragmentário do campo televisual.

De acordo com o autor, repórteres, especialistas, personagens e porta-vozes que contextualizam os acontecimentos se combinam e produzem notável polifonia na cobertura jornalística noticiosa, cujo objetivo é expressar fenômenos – e não necessariamente explicá-los e/ou pô-los em perspectiva. Essa mediação se dá por conta da aceitação tácita do próprio processo de enunciação: ao invés de trazer para perto ou espelhar o mundo, o telejornal, para Machado, funda-se na sucessão de versões de testemunhos. A própria noção de

objetividade é consolidada, na imagem, a partir de uma nova estrutura de verossimilhança e efeito de real:

Houve um tempo em que um certo *cinema vérité* acreditou poder deixar o evento falar por si mesmo, com as vozes que já o constituem e com as imagens que já o definem, sem intervenção explícita dos realizadores e com um mínimo de mediação. No telejornal, entretanto, só existem mediações; os próprios enunciados de repórteres e protagonistas aparecem como mediações inevitáveis e como condição *sine qua non* do relato telejornalístico. (Machado, 2000, p. 102).

Os elementos de polifonia e mediação caros ao telejornalismo estabelecem problemáticas próprias, que se traduzem em uma linguagem que, à maneira da notícia do jornalismo impresso, tende a uma extrema redução de complexidade dos acontecimentos, a ponto de estruturar o mundo como uma organização coesa de atores sociais e fenômenos. Superficialidade, imediatismo e uma tendência ao discurso de síntese, ancorado no visível/inteligível e pouco aberto à ambiguidade, à contradição e – podemos afirmar – à enunciação complexa da diferença, seriam, assim, marcas do modelo de jornalismo predominante nas emissoras de televisão aberta, sobretudo em notícias, telejornais e boletins.

Tais elementos, no entanto, são parcialmente modificados quando se ingressa no domínio dos formatos interpretativos e aprofundados – mais em específico, na grande reportagem, que encontra na televisão espaço privilegiado para o teste de limites entre a referencialidade jornalística e a narratividade.

Para pesquisadores como Faro (2013), a reportagem em profundidade deve ser entendida como a combinação do relato de um acontecimento e de uma narratividade mapeada a partir da imersão do jornalista no processo de apuração. Segundo o autor, esse formato não restringe ao episódico e ao efêmero, buscando elementos contextuais que relacionam os acontecimentos à própria dramaticidade da existência humana.

A narrativa jornalística de alta densidade investigativa (...) supõe um conjunto racional de causalidades e um outro conjunto racional dedutivo e criador em torno da massa de acontecimentos que explicam seus efeitos, painel com o qual o profissional estará irremediavelmente comprometido, já que a ele não é permitida a evasão do real ou a reinvenção da realidade, como acontece com o ofício da criação ficcional; mas também a ele não é dada a prerrogativa de ignorar a potencialidade e a intensidade dramática dos fatos. (Faro, 2013, p.78).

Em estudo anterior (Lobato, 2016), examinamos as perspectivas de diferentes autores (Medina, 1988; Faro, 2013; Sodré, 2009; Farré, 2004; Melo, 1985) a respeito das diferenciações entre o texto jornalístico factual – em especial, do gênero jornalístico notícia – e a grande reportagem, a fim de mapear elementos conceituais que a configurariam como produto jornalístico à parte. Das reflexões traçadas, duas se destacam: a primeira, analisada por Cremilda Medina em seu estudo sobre a grande reportagem, indica a abertura conceitual, a pesquisa histórica e o “quadro interpretativo do fato” (Medina, 1988, p. 134) como elementos típicos dessa modalidade, que buscaria o “humano permanente no acontecimento imediato”; já a segunda é a comparação entre notícia e reportagem feita por Muniz Sodré, que pode ser análoga às diferenças entre um retrato fotográfico (a notícia) e um pequeno filme (a reportagem) – que carregaria, sempre, a proposta de “levar alguém (no caso, o leitor) novamente à cena de um acontecimento”, recorrendo para isso ao “apelo ao conjunto de sentidos perceptivos” (Sodré, 2009, p. 171).

Por meio das discussões elencadas, levantamos, na investigação, cinco grandes características formais da grande reportagem jornalística, a saber: (a) ampliação espaço-temporal do fato social; (b) construção dramática/diegética das cenas (reforço da narratividade); (c) reforço da enunciação e da autoria pelo trabalho testemunhal; (d) singularização do fato por meio de personagens e histórias de vida; e (e) uso de técnicas e índices de ficcionalização. Mais que uma lista estanque de requisitos desse formato jornalístico, tratamos essas características como elementos indicativos da aproximação com elementos de narratividade que tradicionalmente ficam à margem de gêneros e formatos informativos convencionais.

Com base em outros autores que têm o estudo da reportagem e da produção jornalística em televisão como eixo de preocupação central (Farré, 2004; Resende, 2012; Vizeu, 2005), bem como na observação da produção das principais emissoras de televisão aberta do Brasil – Rede Globo, Rede Record, SBT, Band e Rede TV! –, notamos a recorrência do formato em programas como *Globo Repórter*, *SBT Repórter*, *Repórter Record Investigação*, *Câmera Record*, *Profissão Repórter*, *Conexão Repórter* e *Documento Verdade*. Tais programas, ao trabalhar com a grande reportagem como forma narrativa fundamental, exercitam as características em diferentes graus de profundidade e detalhamento.

No texto presente na narração em *off*, destacam-se usos criativos da linguagem, com ênfase na função poética da linguagem e

na retórica calcada em histórias de vida, relativizando-se a supremacia dos dados; na apuração, a ênfase está em um repórter que se coloca como alguém “que ressignifica o cotidiano, referenciado por suas percepções em uma fissura de um ritual comum aos programas de grande reportagem”, como aponta Chiarioni (2017, p. 68); como alguém capaz de observar, intervir e ler o real em enfoque interpretativo. No eixo estético, a utilização de técnicas de montagem e edição que enfatizam o processo imersivo pela imagem em movimento, sobretudo via aceleração de cortes, a ênfase no som direto, a exibição enfática de emoções por meio de enquadramentos fechados nos personagens, o uso de trilha sonora e o teste de diferentes técnicas de movimentação e angulação de câmera estão entre os elementos da cena audiovisual incorporados ao formato, como apontam autores como Marcela Farré (2004).

Por meio das estratégias narrativas da grande reportagem, essas produções reiteram a existência de um tipo de jornalismo que, de maneira mais ou menos exitosa e a partir de temáticas de maior ou menor impacto e relevância social, tende à representação do outro em suas diferentes configurações – seja expondo mazelas sociais ou apresentando histórias de vida de sujeitos à margem das representações hegemônicas de determinadas comunidades, seja contando curiosidades a respeito da cultura de algum país ou de determinadas regiões do Brasil. Para examinar de que modo esse complexo trabalho de investigação, escritura e edição é executado no espaço televisivo, buscamos desenvolver uma proposta com métodos e ferramentas que vão da identificação de categorias de alteridade ao exame dos modos de posicionamento, classificação, valoração e representação audiovisual do outro.

## **5 Estudo da alteridade no audiovisual jornalístico: propostas metodológicas**

O desenvolvimento de nossa pesquisa voltada à representação de alteridade em produtos televisuais (Lobato, 2017) identificou um total de oito estratégias narrativas, recorrendo para isso à análise de um *corpus* que aliou dezesseis grandes reportagens do programa *Globo Repórter* e quatro telenovelas da mesma emissora. São elas: a intriga fundada na alteridade; a retórica testemunhal-afetiva; as narrativas de trajeto; a adoção de personagens e sujeitos fronteiriços; as traduções



baseadas na produção de polos opositivos; a figuração dos processos contranarrativos; a valoração do outro a partir de atribuições de sentido; e as interações entre ficcionalização e factualização, que ressaltam o hibridismo de linguagens da televisão contemporânea.

A investigação buscou aliar, no *corpus*, produtos de ficção televisiva e jornalísticos, respectivamente nos formatos da telenovela e da grande reportagem, em função de seu interesse em compreender, de maneira mais ampla, de que modo representações a respeito da alteridade são executadas em diálogo com os códigos e pressupostos de distintos campos do narrar. Os achados desse trajeto de análise, que se sumarizam nas oito estratégias narrativas listadas, se aplicam à defesa do argumento de que a alteridade e suas manifestações na forma de culturas nacionais/locais, perfis de personagens, temáticas/pautas e universos sociais em geral são continuamente objeto de preocupação para as narrativas audiovisuais, em escopo geral, e para o jornalismo, em específico.

Assim, o mapeamento da incidência dos recursos apresentados e a análise de programas centrados na questão do outro – desde telenovelas parcialmente ambientadas em países do Oriente Médio até reportagens gravadas em países na África, na Ásia e na América Latina – nos permitiram confirmar a hipótese de que a narrativa de alteridade é um modelo transversalmente presente em gêneros e formatos consagrados da grade de programação da televisão aberta brasileira, tomando o outro como intriga e levando-o ao centro do relato, sendo o jornalismo, em específico, um pertinente espaço de problematização sobre os modos como se formam e conformam sentidos de pertencimento e identidade, sobretudo no domínio da grande reportagem.

A partir dos resultados dessa investigação, acreditamos na possibilidade de abertura de um modelo de análise estrutural dos modos de representação da alteridade no jornalismo audiovisual, com foco no formato de grande reportagem e em produções que o adotam – incluindo programas especiais, como os anteriormente listados, e também séries especiais apresentadas em revistas eletrônicas, programas de variedades e telejornais. Para efetivar a aplicação do modelo, o recorte que propomos abrange dois eixos ou níveis de análise: (a) a identificação de dimensões ou categorias de alteridade; e (b) o mapeamento de estratégias e recursos de representação.

O primeiro estágio abrange a identificação, a partir da observação em caráter exploratório de reportagens apresentadas na grade de programação das emissoras, de tipologias de alteridade, a saber,

“modalidades” de outro que são enunciadas. A relevância de se designar o tipo de alteridade tratado com maior ênfase por um produto jornalístico tem como principal função buscar entender variações, recorrências e aspectos mais frequentes no modo de tratamento do universo sociocultural em questão de acordo com o nível de proximidade da equipe de produção e/ou das audiências em relação ao que se é mostrado. Para efetuar tal análise, metodologias consagradas, como a análise de conteúdo – buscando mapear termos, localidades, comunidades e a incidência de assuntos/tópicos –, são passíveis de aplicação.

Assumindo-se a postura de relativizar as posições de eu/nós e outro nos processos de representação, reconhecemos a possibilidade de mesmo narrativas centradas na apresentação de paisagens pertencentes a comunidades designadas como nacionais e/ou coesas serem postas no campo da diferença – em linha com as discussões pós-coloniais a respeito de um eixo “contranarrativo” (Bhabha, 1998) que viabiliza insurgências identitárias em meio a esforços totalizantes de representação.

Essa perspectiva nos permite identificar duas macrocategorias de alteridade: geográfica e sociocultural. A primeira, comumente associada aos enunciados que tratam de países “exóticos” e locais pretensamente misteriosos para o homem ocidental, diz respeito à diferença produzida discursivamente para dar conta de comunidades espacialmente distantes daquelas às quais a narrativa se destina; é o caso de uma reportagem jornalística exibida no Brasil que aborda os modos de vida e costumes de um país no Oriente Médio – ou de uma telenovela parcialmente ambientada na Europa Central ou na África que seja produzida por uma emissora da América Latina. No caso, trata-se de um outro no sentido clássico do termo – o estrangeiro, exógeno ou distante, aquele capaz de nos seduzir pelo viés da curiosidade, do desvelar e da descoberta.

Já a alteridade sociocultural trata da diferença cultural que reside, acima de tudo, nas práticas, nos costumes e hábitos; é o famoso estrangeiro que está ao lado, gerado a partir de processos contranarrativos, que pode ser identificado das mais diversas maneiras no campo das representações – em matérias de telejornal que mostram a vida no sertão brasileiro e no bioma amazônico, em documentários sobre o cotidiano de comunidades periféricas de grandes cidades, em obras de ficção que abordam os costumes religiosos de determinados grupos sociais do próprio país e em obras literárias que versam sobre subculturas urbanas e populações tradicionais, entre outros.

Lido por Bhabha (1998) como meio de revelar o suplementar, o diverso e o não padronizado de uma comunidade simbólica, esse processo contranarrativo nos parece um modelo enriquecedor para a análise da configuração do outro nas mídias. A partir do próprio entendimento da questão identidade-alteridade como referencial, permite-nos ampliar o leque de conteúdo passível de análise de modo a contemplar, por exemplo, produções jornalísticas que à primeira vista versam sobre a identidade nacional – quando, na verdade, operam no rumo de sua cisão e problematização.

A partir do processo de leitura dos procedimentos e recursos adotados no jornalístico *Globo Repórter*, nossa investigação apontou que os processos de assimilação, tradução e representação da alteridade na forma de enunciados varia de acordo com o nível de proximidade cultural entre os universos abordados e a realidade brasileira urbana. Ou seja, programas que abordam países distantes, como a edição sobre o Vietnã de *Globo Repórter*, exibida em 5 de abril de 2013, diferem, em maior ou menor medida, daquilo que é feito para apresentar a alteridade sociocultural dos biomas brasileiros em edições do mesmo programa sobre o Pantanal (exibido em 16/12/2011) ou a Mata Atlântica (15/08/2014), por exemplo – sendo estes claramente afeitos à retórica ficcionalizada, restando às representações de universos socioculturais supostamente “mais distantes” um empreendimento de viés antropológico evidente, com efetiva observação do repórter e ênfase em discursos de personagens e histórias de vida. Assim, o critério da distância geográfica e sociocultural se prova um importante definidor estratégico para a leitura dos modos de construção da alteridade na televisão brasileira.

O segundo eixo de investigação que propomos enfatiza estratégias de representação. Assim, opera como nível seguinte de aprofundamento das narrativas de alteridade: indica imersão nos objetos de análise e tem como preocupação mapear, com base em procedimentos que aliam a análise do discurso e o método da narratologia, elementos de linguagem, recursos e técnicas recorrentes no tratamento da alteridade, buscando evidenciar, em suma, a estrutura básica da construção da comunicação verbal e não verbal e os valores ou conjuntos interpretativos nela presentes. A ênfase, aqui, deve estar em observar, de forma integrada ou segmentada, os diversos recursos audiovisuais – planos e enquadramentos de imagem; texto em *off*; efeitos visuais; sonorização e trilha; vinhetas; personagens e entrevistas; passagens, aberturas e encerramentos com figuração do repórter em tela; etc. –,

para entender como determinadas reportagens buscam analisar, traduzir e enunciar universos socioculturais às suas audiências.

Em nossa pesquisa, optamos por dividir a análise de produtos audiovisuais a partir de três grandes categorias, definidas antes mesmo da observação minuciosa do *corpus*. São elas: (a) os trabalhos de autenticação do real a partir do testemunho e dos processos imersivos em torno da alteridade; (b) as estratégias opositivas e a produção de fronteiras e mapas de sentido a respeito do outro, promovendo sua tradução; e (c) as tensões e oscilações entre estratégias ficcionalizantes e factualizantes na experiência narrada de alteridade.

Especificamente no campo da grande reportagem jornalística, as três categorias contribuem para um exercício narratológico e de análise discursiva que ultrapassa os limites do texto de informação, pondo-o em tensão com fatores extranarrativos que explicam suas manifestações de linguagem – há, aqui, interfaces possíveis com estudos relacionados à narrativa e ao discurso (Propp, 1984; Todorov, 2003; Barthes, 1973; Foucault, 1996), bem como com o modelo de análise pragmática da narrativa jornalística, conforme proposto por Gonzaga Motta (2007), comportando diferentes instrumentais de análise para detectar formas, estruturas e leituras do real ofertadas ao público consumidor dos relatos de informação.

Na primeira categoria, deve-se buscar, a partir da ideia de que a retórica testemunhal e singularizada das narrativas jornalísticas contemporâneas produz um novo tipo ou configuração de efeito de real – sensível ou sensorial –, ressignificando a clássica noção de Barthes (1988), as marcas autorais, subjetivas e de personalização que atravessam os textos, centrando-se na análise de personagens (fontes ou jornalistas), suas funções na configuração na narrativa e seus meios de subjetivação. Em nossa investigação, analisamos, por exemplo, a presença da figura do repórter e de personagens-chave como recurso de imersão nos universos narrados – sendo os valores-notícia clássicos de singularização e humanização identificados como traços marcantes na narrativa de alteridade. A vivência da reportagem apresentada nas reportagens sobre Cingapura (exibida em 08/04/2011), sobre a Armênia (de 22/08/2014) e sobre o Laos e o Camboja (de 31/05/2013) são exemplares nesse sentido, ao esquematizar a descrição e o detalhamento das culturas locais com base em experiências diretas da equipe, incluindo seu trajeto físico dentro dos países e o contato com moradores e especialistas que, por sua vez, também singularizam o outro narrado.

A segunda categoria tem como preocupação aprofundar a leitura crítica das formas de oposição entre o eu/nós e o outro na grande reportagem jornalística. Propõe-se uma leitura amplificada da construção da reportagem, atendo-se ao modo como são erguidas fronteiras simbólicas da identidade e da alteridade, por meio da atribuição de lugares sociais, valores e mapas de sentido – é, portanto, a categoria em que a ênfase metodológica recai sobre a análise do discurso. Aqui, em nossa investigação, destacou-se a presença de processos valorativos a partir da atribuição de características aos povos da Ásia e do Oriente Médio – como elevada espiritualidade, hospitalidade e resiliência –, ou seja, principalmente à categoria de alteridade geográfica. Somos, assim, levados a crer que a representação do outro segundo um conjunto de valores universais, a partir de uma voz de “outro que lê o outro para mim” e colocando-o na condição de observado, instaura regimes de visibilidade marcadamente disciplinares a respeito de outras culturas. No caso das edições de *Globo Repórter* analisadas, essas operações têm um viés declaradamente positivo: uma perspectiva que apresenta o outro como alguém que nos pode conceder ensinamentos e lições sobre uma vida plena, marcada por valores positivos como espiritualidade, cordialidade e empatia.

A terceira categoria, por sua vez, compreende a análise de elementos estéticos gerais associados à construção formal da reportagem, abrangendo, por exemplo, a identificação dos elementos teledramatúrgicos (Coutinho, 2012) na narrativa; o exame comparativo de conteúdo jornalístico e não jornalístico com abordagem ou temática semelhante, a fim de observar recorrências e diferenças nos modos de representação; a análise dos códigos e linguagens (verbal, visual, sonora) empregados para enfatizar aspectos de alteridade; e a presença de determinados índices ou elementos de ficcionalização na grande reportagem – com base, por exemplo, no modelo de identificação proposto por Marcela Farré (2004), em seu estudo do telejornalismo informativo. Nesse quesito, nossa investigação observou uma problemática associação entre as edições de *Globo Repórter* que abordam biomas do Brasil (alteridade sociocultural) e certa estilização dos povos e comunidades, como no caso das edições “Amazônia Secreta” (de 29/04/2013) e “O renascimento da vida no Pantanal” (16/12/2011), essencialmente centradas na curiosidade científica e na descrição visual de uma expedição jornalística, com pouca ênfase no detalhamento efetivo de modos de vida e experiências sociais nas regiões do país.

## 6 Considerações finais

Neste trabalho, buscamos discutir questões relacionadas à narração de alteridade e sua incidência sobre a prática do jornalismo interpretativo para, em síntese, propor a questão do outro como central ao estudo das mediações socioculturais na grande reportagem. Esse trajeto, conectado a uma pesquisa de caráter mais amplo sobre a presença da alteridade na cultura audiovisual, reforça a necessidade de examinarmos o telejornalismo para além da manifestação noticiosa, compreendendo a pregnância de seus discursos aprofundados sobre comunidades, atores sociais e grupos e seu potencial de efetivação de leituras a respeito do(s) outro(s) que cotidianamente povoam nossas interações concretas e mediadas.

Por meio de uma investigação centrada em dois eixos que vão do mapeamento de dimensões de alteridade à análise de um *corpus* de grandes reportagens televisuais, acreditamos ser possível identificar o modo como a intriga é construída em torno da alteridade e em como a narrativa do outro é construída no jornalismo, observando aspectos de produção de discursos, articulação de personagens, atribuição de mapas de sentido, construção de fronteiras identidade x alteridade e utilização de recursos audiovisuais para produzir efeitos de realidade e interações ficcionalizadas com o real.

Vestígios de nossa cultura, as grandes reportagens de *Globo Repórter* ilustram, não sem variações, contradições e complexidades, de que modo experiências de alteridade podem ser narradas e transmitidas, acionando determinadas visadas e produções de sentido sobre o outro – seja ele um país asiático ou da África, seja uma comunidade distante na Amazônia ou uma cidade gelada na serra gaúcha. De diferentes maneiras, esses lugares para além das fronteiras do familiar são construídos como alteridade segundo os códigos-padrão e pressupostos do jornalismo, com ênfases próprias para a produção da verosimilhança e do efeito de real e para a formação de polos opositivos.

Os marcos estruturais das narrativas de alteridade, conforme mapeado em nossas investigações, incluem a existência de uma intriga fundada na alteridade; a retórica testemunhal-afetiva; as narrativas de trajeto; a adoção de personagens e sujeitos fronteiriços; as traduções baseadas na produção de polos opositivos; a figuração dos processos contranarrativos; a valoração do outro a partir de atribuições de sentido; e as interações entre ficcionalização e factualização. Mais que constituir-se como um conjunto estanque de procedimentos

para fazer análises de narrativas de alteridade em diferentes mídias, essas características servem como vestígios cultural e historicamente situados dos modos de representação do outro na produção televisiva contemporânea, sujeitos à verificação em outros gêneros do discurso, em outros suportes e eventualmente em outros campos do saber.

Trata-se aqui, portanto, da proposição de um trajeto de investigação que, em primeiro exercício, demonstrou resultados con-  
dizentes com uma leitura particular dos processos de enunciação do outro no jornalismo televisual. Embora incapazes de esgotar as possíveis rotas de análise, os dois eixos ou níveis aqui apresentados – a identificação de dimensões de alteridade e a análise de estratégias de representação – são caminhos possíveis para se investigar a construção do outro efetuada pela narrativa jornalística, permitindo o tensionamento dos modos de leitura das mídias e evidenciando problemáticas, transformações, pontos de diferenciação e eventuais dilemas enfrentados por produtores de discursos de informação à hora de falar sobre universos socioculturais distantes.

## NOTAS

- 1 No original: “el noticiero no es otra cosa que una construcción artística de la verdad posible, un ensayo de comunicación que acaso acierte en la búsqueda de referencia. (...) Dado que las noticias no constituyen esencialmente actos de habla interpelativos sino asertivos, la dimensión persuasiva o perlocutiva se hace presente en el hacer conocer que el noticiero se propone respecto de su espectador”.
- 2 Neste trabalho, como na investigação mais ampla da qual deriva, adotamos as classificações de gêneros e formatos do jornalismo com base em autores consagrados, como José Marques de Melo (1985) e Luiz Beltrão (1976), além de pesquisadores específicos do campo televisivo. Cabe, porém, explanar que o sentido atribuído aos termos “gênero” e “formato” difere do habitualmente apresentado nos estudos sobre jornalismo impresso, conectando-se de forma mais clara aos estudos de televisão e à pesquisa desenvolvida pelo autor – em que a grande reportagem é tratada como formato jornalístico, e não gênero.

## REFERÊNCIAS

- Allan, S. (2014). O jornalismo e a cultura da alteridade. *Brazilian Journalism Research*, 10 (2) p.188-205. DOI: 10.25200/BJR.v10n2.2014.748
- Barthes, R. (1973). *Análise estrutural da narrativa*. São Paulo: Vozes.
- Barthes, R. (1988). *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense.
- Beltrão, L. (1976). *Jornalismo interpretativo: Filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina.
- Benedeti, C. A. (2009). *A qualidade da informação jornalística: Do conceito à prática*. Florianópolis: Insular.
- Bhabha, H. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG.
- Chiarioni, B. (2017). *A escritura da presença na crônica televisual de Fernando Gabeira* (tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20485>
- Coutinho, I. (2012). *Dramaturgia do telejornalismo*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Eco, U. (1994). *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Elias, N., & Scotson, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Faro, J. (2013). Reportagem: na fronteira do tempo e da cultura. *Verso e Reverso*, 27(65), 77-83. Recuperado de <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2013.27.65.02>
- Farré, M. (2004). *El noticiero como mundo posible*. Buenos Aires: La Crujia.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- França, V. (2006). *Narrativas televisivas: Programas populares na TV*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Gomes, M. R. (2000). *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Edusp e Hacker Editores.
- Gomes, M. R. (2003). *Poder no jornalismo*. São Paulo: Edusp e Hacker Editores.
- Gomes, M. R. (2009). Jornalismo: poder disciplinar. *Revista Kairós*,



São Paulo, n.6, p.1-6. Recuperado de [revistas.pucsp.br/kairos/article/viewFile/2661/1706](http://revistas.pucsp.br/kairos/article/viewFile/2661/1706)

Hall, S. (2001). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Guaracira.

Hall, S. (2003). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Hall, S. (2016). *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Editoras Apicuri/PUC-Rio.

Lobato, J. A. M. (2016). Jornalismo e narratividade em sintonia: um percurso teórico-conceitual pelos elementos da grande reportagem. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 13(2), p.66-77. DOI: 10.5007/1984-6924.2016v13n2p66.

Lobato, J. A. M. (2017). *A alteridade na ficção seriada e na grande reportagem. Um estudo sobre as estratégias de representação do outro na narrativa televisual brasileira* (tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. DOI: 10.11606/T.27.2017.tde-31052017-102241.

Jost, F. (2007). *Compreender a televisão*. Porto Alegre: Sulina.

Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia*. Bauru: Edusc.

Lago, C. (2014). Ensinamentos antropológicos: a apreensão do Outro pelo Jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, 10(2), 164-178. DOI: 10.25200/BJR.v6n1.2010.253

Machado, A. (2000). *A televisão levada a sério*. São Paulo: Senac.

Motta, L. G. (2007). Análise pragmática da narrativa jornalística. In: C. Lago; M. Benetti (Orgs.), *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo* (p.143-167). Petrópolis: Vozes.

Medina, C. (1988). *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: Summus.

Melo, J. M. (1985). *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes.

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Propp, V. (1984). *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Resende, F. (2012). Para um jornalismo de fricção: a delicadeza de não ter o que dizer. In: R. Soares, & M. Gomes (Orgs.), *Profissão Repórter em diálogo* (pp. 58-63). São Paulo: Alameda.

Rezende, G. J. (2000). *Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial*. São Paulo: Summus Editorial.

Sodré, M. (2009). *A narração do fato: Notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes.

Sponholz, L. (2009). *Jornalismo, conhecimento e objetividade: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular.

Todorov, T. (1993). *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes.

Todorov, T. (2003). *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva.

Vizeu, A. E. (2005). *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In: T. Silva (Org.), *Identidade e Diferença* (pp. 7-68). A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes.

**JOSÉ AUGUSTO MENDES LOBATO.** Doutor em Ciências da Comunicação pela USP, mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero e graduado em Jornalismo pela Universidade da Amazônia. Pós-doutor em Comunicação pela Universidade Anhembi Morumbi. Coordenador dos cursos de Comunicação e Artes e docente da Universidade São Judas. Membro do grupo de pesquisa MidiAto (USP). E-mail: gutomlobato@gmail.com.